

## **Fortim**

**Adler Homero Fonseca de Castro<sup>1</sup>**

A palavra fortim, ou como também é conhecida popularmente, “fortinho”, é um diminutivo, o que, em termos epistemológicos, representa uma dificuldade: não se deve fazer uma definição com base em um adjetivo ou diminutivo, pois implica que o termo precisa de outro para ser entendido. Fortim seria um forte pequeno, de forma que poucos saberiam do que se trata, sendo necessário conhecer, primeiro, o que é um forte, para daí se inferir o significado da palavra original.

É verdade que esse tipo de construção está de fato relacionado com o forte, ambos sendo obras defensivas. Além disso, os fortins são, usualmente, de dimensões menores do que os fortes, mas essa relação é enganosa. Há fortins de grandes dimensões, maiores até do que muitos fortes, tendo o mesmo tipo de desenho, baseado em baluartes. Dessa forma, não se pode usar a questão do tamanho ou de um tipo de traçado para se saber o que é um fortim, devendo-se usar uma definição técnica.

A primeira dessas definições, comum em dicionários do século XVIII, é que os fortins são obras pequenas, usadas em cercos, em linhas de circunvalação (BLUTEAU, 1728), as linhas de trincheiras que eram cavadas em torno de uma fortaleza a ser atacada. Esse é um sentido muito específico e que teve emprego muito raro no Brasil, onde cercos desse tipo foram muito incomuns.

---

<sup>1</sup> Graduado em história (UERJ), mestre em História Social (PPGH/UFF), doutorando em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Pesquisador do IPHAN, do Centro de Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHiMEx), sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, conselheiro do Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha (MAHFC) e Curador de Armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares (MMCL).



Croquis da região de Recife na época do primeiro cerco aos holandeses, de 1630-1635. As linhas azuis marcam as trincheiras de circunvalação portuguesas, as estâncias e o posto de Luís Barbalho eram fortins. (CASTRO, 2015).

Outra definição é que os fortins são “obras fechadas”, isso é, têm muralhas fechando todo o perímetro da posição, da mesma forma que os fortes. Nesse caso, a diferença entre um e outro não é o tamanho, frisamos, mas sim a existência, ou não, de estruturas internas de suporte, que permitissem a posição se manter de forma independente sob ataque: quartéis, paióis e armazéns. Os fortes tinham esses edifícios e os fortins não, pois, como no caso daqueles construídos em linhas de circunvalação, não eram autônomos, fazendo parte de um conjunto de obras maior.



Fotografia aérea do sítio arqueológico do Arraial Novo do Bom Jesus, uma regular, com quatro baluartes, tombada pelo IPHAN (Processo 942-T-76, Livro Histórico, inscrito em 8 de abril de 1980). Apesar do nome, *arraial*, que implica em uma cidade fortificada, a construção é um fortim, parte das linhas do segundo cerco de Recife, que durou de 1645 a 1654. (ALBUQUERQUE, 1999).

Essa definição técnica, contudo, não foi muito usada no Brasil, sequer pelo IPHAN quando tratou do assunto. O Instituto tem três posições fortificadas tombadas com esse nome, o “fortim ou bateria da costa”, parte do tombamento de Porto Seguro, BA, (Processo 800-T-68, inscrito nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1 de março de 1974), o “fortim de Caetano Madeira”, no Rio de Janeiro, RJ (Processo 91-T, inscrito no Livro do Tombo Histórico em 20 de abril de 1938), e o “fortim da Praia do Góis”, parte do tombamento do forte da Barra Grande, Guarujá SP (Processo 441-T-50, inscrito no Livro do Tombo Histórico em 23 de abril de 1964). No entanto, nenhum deles é uma obra fechada, sendo mais propriamente “baterias”, posições de artilharia que podem disparar para várias direções, mas não podem ser defendidas contra um ataque vindo por seu lado aberto, normalmente a retaguarda. Um quarto caso, que poderia se encaixar na terminologia, seria o do Forte de Santa Cruz do Paraguaçu, Maragogipe, BA (tombado pelo Processo 155-T-38, inscrito nos Livros do Tombo de Belas Artes e Histórico em 24 de maio de 1938), pois um dos nomes pelo qual é conhecido é “fortinho de Paraguaçu”, o que é um erro, já que o local é um forte completo, com instalações internas.

Mesmo os engenheiros militares e as autoridades governamentais não se importaram muito com essa questão de terminologia: no Pará houve três posições defensivas batizadas como fortins, nenhuma das quais ainda existe, apesar do local onde uma delas, o fortim da Barra de Belém, foi construída, ser ainda chamado de “Ilha do Fortinho”. Uma relação de fortificações existentes no Brasil em 1829 (REGO MONTEIRO, 1927), menciona apenas dois fortins, um no Rio Grande do Norte, o de Petitinga, que já desapareceu e não se sabe como foi construído, e o de São Marcos, no Maranhão. Este último é mais bem conhecido, pois ainda existia em meados do século XX, e, pelas plantas disponíveis, sabe-se que era um pequeno forte circular, que tinha todas as instalações necessárias para funcionar isoladamente, ou seja, o nome na lista era inadequado.

Apesar do que foi dito acima, do uso do nome não ser habitual, esse tipo de obra singela, sem construções internas, foi relativamente comum no Brasil, por causa da política defensiva adotada por Portugal para o Brasil. Essa política era baseada em uma grande autonomia local, os governadores das capitanias ou mesmo os capitães mores, os administradores das vilas, podiam fazer fortificações, cada comunidade pagando por sua construção e manutenção. A implicação dessa forma de atuação, além de impossibilitar uma estratégia centralizada de defesa, era que as construções defensivas feitas, de forma

geral, eram pequenas e precárias, pois os moradores não estavam interessados em fazer grandes investimentos em bens que só eram vistos como essenciais em momentos de tensão.

Outra consequência da política defensiva adotada no Brasil no Período Colonial era que não havia pessoal para guarnecer de forma permanente o grande número de fortificações feitas, as tropas sendo enviadas para as posições apenas em momentos de risco de ataque. Dessa forma, era comum que fortificações não tivessem quartéis. Muitas não tinham sequer depósitos de material, podendo ser classificadas como fortins, um exemplo dessa situação pode ser visto nas fortificações de Fernando de Noronha, onde no século XVIII foram feitas dez obras defensivas, mas apenas duas deviam ter uma guarnição permanente, as outras não tendo instalações apropriadas para uma ocupação permanente prolongada (CASTRO, 2015).

Isso é uma explicação para o fato de que, apesar de terem sido feitos mais de 1.300 fortes no país, menos de 140 chegaram aos dias de hoje, muitos deles em situação de ruína. Os outros, sendo obras temporárias, simplesmente desapareceram.

Entretanto, voltamos a dizer que o nome não era comum, mas isso por um motivo simbólico: um dos papéis importantes de uma fortificação é criar uma sensação de segurança na comunidade onde foi feita, ao mesmo tempo em que intimida um eventual atacante, impedindo uma possível incursão contra o local protegido pelas defesas. Sendo esses aspectos principalmente psicológicos, o nome *fortim*, um diminutivo, não era adequado, sendo preferível a opção oposta, a de um aumentativo, *fortaleza*, apesar das construções que receberam esse nome muitas vezes serem, pelos padrões europeus, insignificantes.

### **Fontes consultadas:**

ALBUQUERQUE, Marcos et al. *Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente*. Recife: Graftorre, 1999.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino, áulico, anatômico, arquitetônico, bélico, botânico, brasílico, cômico, crítico, químico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, florífero, forense, frutífero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*. v. IV. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil, 1503-2006*. v. 3. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2015.

REGO MONTEIRO, Jonathas da Costa do. Relação dos fortes Existentes no Brasil em 1829 com indicação de seu armamento. *Revista Militar Brasileira*, jul.-set. 1927.

**Como citar:** CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Fortim. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.